



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

## PISO DO MAGISTÉRIO **Solução é muito complexa, diz Deschamps** (Diário Catarinense, Geral, pág. 22)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 29/02/2012**



CLIPPING

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 29/02/12
<b>Assunto:</b> Piso do Magistério		<b>Página:</b> 22

# Solução é muito complexa, diz secretário Deschamps

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Os professores da rede estadual de Santa Catarina terão que esperar para ter o salário reajustado em 22,22% – índice anunciado, segunda-feira, pelo Ministério da Educação (MEC), que atualiza o valor do piso nacional do magistério.

O governador Raimundo Colombo afirma que não tem recursos para garantir os R\$ 34 milhões mensais a mais na folha de pagamento do magistério.

O secretário de Educação, Eduardo Deschamps, disse que o aumento será estudado com cuidado e que, por enquanto, ele não será repassado aos salários dos professores. Ele aumenta o menor salário-base de R\$ 1.187 para R\$ 1.451.

– Não temos como fazer esse reajuste de 22% ao magistério neste momento. A solução disso é bastante complexa – afirmou.

Ele informou que os secretários de Estado da Educação têm um encontro, em Natal (RN), com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante,

para expor as dificuldades financeiras em repassar o aumento.

– A partir daí, vamos ver quais são as saídas – disse o secretário.

Ele lembra que no final do ano passado foi definido um aumento de 8% para todas as categorias de servidores estaduais. Deste percentual, 4% foram repassados aos trabalhadores em janeiro, a outra metade virá em maio de 2012.

– O governo já definiu um ajuste acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que fechou ano passado em 6,5%) – observou.

## Salários correspondem a 58% do orçamento para Educação

Fazer com que o piso seja reajustado com base na variação da inflação é um desejo de governadores e prefeitos. O projeto de lei que prevê o INPC como índice foi aprovado no ano passado em caráter terminativo, na comissão de finanças e tributação da Câmara dos Deputados, por isso, seguiria direto para aprovação da presidente Dilma Rousseff.

Mas a deputada Fátima Bezerra (PT-RN), apresentou requerimen-

to para que a questão seja analisada pelo plenário da casa. A votação deve ocorrer em março.

De acordo com o secretário Deschamps, para se chegar ao impacto R\$ 34 milhões mensais – R\$ 442 milhões por ano, levando em conta o 13º – o governo calculou o repasse do índice de 22% a todos os níveis do magistério.

Caso fosse reajustado apenas o salário dos professores que recebem R\$ 1.187, o impacto seria menor.

– Mas não poderíamos fazer isso, porque professores do primeiro nível (com nível médio) receberiam mais do que outros, com mais formação. O aumento tem que ser analisado na carreira. No ano passado, já precisamos achatar a tabela salarial – ressaltou Deschamps.

Para garantir o pagamento de R\$ 1.187 aos docentes, o governo acabou com a diferença de 8,48% entre os 12 níveis de formação (de nível médio a doutorado), e também alterou a diferença de 2,75% entre os professores que fizeram cursos específicos na área de atuação.

Os ajustes anunciados em 2011 resultaram em R\$ 38,12 milhões mensais a mais, a partir de janeiro deste ano, segundo o governo.

O orçamento para educação em 2012 é de R\$ 3,4 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões são gastos com a folha de pagamento da categoria.

– O dinheiro gasto a mais inviabilizaria outros investimentos feitos na educação – finalizou.

## O IMPACTO NO ORÇAMENTO ANUAL



Com o reajuste de **22,22%**





## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 29/02/12
<b>Assunto:</b> Assembleia Sinte		<b>Página:</b> 22

# Dia 15 tem assembleia

Para o diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), Sandro Cifuentes, era esperado o governo dizer que não tem como pagar o reajuste. Em 15 de março, em Florianópolis, está marcada uma assembleia estadual da categoria, onde eles irão discutir a questão, e debater o retorno à greve, encerrada em julho do ano passado.

– O sindicato está aguardando uma posição oficial do governo, mas essa é uma questão que precisa ser discutida com os professores – diz Cifuentes.

Ele observa que cumprir a lei do piso foi um dos pontos acordados

durante a última paralisação:

– O governo adotou o piso da categoria, mas descaracterizou o plano de carreira. Mesmo assim concordamos com a situação na época, com a condição de que os aumentos do piso seriam repassados para a gente de acordo com a lei nacional. Queremos os 22,22% retroativos a janeiro, conforme estabelecido pela lei.

Para Sandro, não é verdade que o governo não tem condições de pagar:

– Se o governo não pudesse pagar e comprovasse isso no orçamento, poderia pedir verba federal para complementar o pagamento.

## Como é calculado



A lei nacional do piso, em vigor desde 2008, determina que nenhum professor pode ganhar menos

que esse valor por uma jornada de trabalho de 40 horas. O critério usado para definir o percentual é feito com base no aumento do gasto por aluno no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que entre 2011 e 2012 fechou em 22%.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 29/02/12
<b>Assunto:</b> Votação projeto de lei		<b>Página:</b> 22

### Projeto será votado em março

O projeto de lei, que pede reajuste do piso nacional com base na variação da inflação, deve ser votado em março. A informação foi dada, ontem, em Brasília pelo presidente da Câmara, Marco Maia, que esteve reunido com 10 governadores e alguns prefeitos. O governador Raimundo Colombo não conseguiu ir ao encontro, que também teve a participação do presidente do Senado, José Sarney, porque o avião apresentou problemas técnicos.

O presidente da Câmara disse que os governadores apontaram que a regra atual de reajuste está causando um “impacto brutal nos estados”.

– Os governadores pediram que a gente vote o projeto que já tramita na Câmara dos Deputados e que está pronto para ser votado em plenário. Havendo acordo entre os líderes e havendo uma janela de votações em março, esse projeto pode vir a debate, a discussão, para a sua votação no próximo mês – informou.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, observou que só o impacto financeiro no cofre das prefeituras será R\$ 7 bilhões, se considerados também os gastos com os inativos.

O presidente da CNM acrescentou que o contingenciamento de recursos orçamentários pela União agrava ainda mais a situação financeira das prefeituras. Ele ressaltou que, por se tratar de ano eleitoral, todas as obras terão que estar em andamento ou com os recursos do orçamento devidamente empenhados.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 29/02/12
<b>Assunto:</b> Números do magistério		<b>Página:</b> 22

## Números são avaliados

O Executivo, responsável pelos salários do magistério, pode comprometer até 49% da receita corrente líquida, de acordo com Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O limite prudencial, de 46,55%, já prevê restrições para quem alcançou este ponto, como a impossibilidade da criação de cargos ou funções.

No ano passado, quando o governo de SC, também justificou que não poderia atender a todas reivindicações dos professores por não ter recursos, a receita corrente líquida fechou em R\$ 13,8 bilhões.

Destes, R\$ 5,8 bilhões (41,8%) – 4,75 pontos percentuais atrás o li-

mite prudencial – foram gastos com a folha de pagamento.

Em 2012, o governo concedeu a todas as categorias de servidores estaduais reajuste de 8%. O impacto financeiro dessa medida é estimado em R\$ 32,7 milhões a mais por mês. Junto com as outras mudanças anunciadas, como incorporação de abonos da Segurança Pública e da Justiça, foi estimado, para 2012, um gasto a mais de R\$ 729 milhões.

Para isso, o governo já contava com aumento de arrecadação, previsto em 14% para este ano. Também era esperado o gasto maior do que 41,8% com a folha de pagamento.